



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0002243-57.2022.6.05.8000
INTERESSADO : MARCO ANTÔNIO VÍDERO VIEIRA SANTOS
ASSUNTO : Pregão nº 44/2022. Republicação do certame. Revogação.

PARECER nº 156 / 2022 - PRE/DG/ASJURI

1. Retornando os autos após a análise anterior feita nesta unidade (Parecer nº 145, doc. nº 2096761), supomos que restou pendente concluir que a republicação aventada pela SELIC, com a qual concordamos, somente poderá ocorrer após fechamento dos atos que já foram realizados, nos termos explicitados no doc. nº 2095863, tópicos finais, ora reproduzidos no doc. nº 2100543, a saber:

"4.1. o sistema iniciou automaticamente a etapa de disputa de lances sem possibilidade de interrupção pela Pregoeira;

4.2. não houve lance em nenhum dos itens (doc. 2090439), o que denota que nenhuma licitante conseguiu acessar o sistema;

4.3. a Pregoeira, após a fase de lances, em comum acordo com esta Seção, decidiu suspender administrativamente o Pregão 44/2022, remarcando para a próxima sexta-feira, dia 16/09/2022, às 8:30h, até definição da melhor solução, uma vez que não houve a ampla concorrência;

4.4. é impossível, operacionalmente, voltar para a fase de lances abertos;"

2. Assim feito, julgamos que, semelhante ao ocorrido no processo SEI nº 0009887-85.2021.6.05.8000, deve haver o *desfazimento* do certame, a se operar mediante formal revogação do Pregão nº 44/2022, vez que não se revela conveniente a sua continuidade, por força dos fatos narrados pela Pregoeira (doc. nº 2090482) e corroborados pela SELIC (doc. nº 2095863), e que geraram o transcurso da fase de disputa sem possibilidade da efetiva participação das licitantes.

3. A propósito, sendo um momento anterior à adjudicação e homologação do certame, repisamos não ser necessária a abertura da fase de contraditório e ampla defesa, com amparo em posicionamento do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REVOGAÇÃO – CONTRADITÓRIO.

1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.

2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.

3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.

4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.

5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.

6. *O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.*

7. *Recurso ordinário não provido. (STJ, ROMS nº 200602710804, Rel. Eliana Calmon, DJE de 02.04.2008.)*

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 16/09/2022, às 13:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2101781** e o código CRC **9942C029**.